

Movimentos conservadores no âmbito da educação no Brasil: disputas que marcaram a conjuntura 2014 a 2018

Conservative movements in the education scope in Brazil: disputes that marked the conjuncture from 2014 to 2018

André Luiz Batista da Silva¹
Maria Antônia de Souza²

Resumo: este trabalho objetiva analisar movimentos conservadores na área da educação, no período de 2014 a 2018, no Brasil. É fruto de pesquisa documental. São escolhidos três movimentos que têm na sua pauta a educação e que se mostram conservadores em relação ao projeto de sociedade, ao papel do Estado na efetivação de direitos sociais e à gestão educacional. São eles: Movimento Brasil Livre, Escola Sem Partido e Todos pela Educação. São estudados levando em conta as reflexões de Bringel (2016), Dagnino (2004) e Gohn (1997, 2003, 2013 e 2017). Na conjuntura estudada há fortalecimento de um projeto político conservador e autoritário de sociedade, que se espalha para a educação. Os movimentos utilizam o espaço público e as redes sociais digitais como meio de difusão de ideologia e das suas pautas políticas. Os movimentos conservadores atraem a classe trabalhadora sob bandeiras que criam certa ilusão sobre a sociedade e a educação.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Educação. Projeto Político.

Abstract: this paper aims to analyze conservative movements in the area of education, from 2014 to 2018, in Brazil. Three movements that have in their agenda education and that are conservative in relation to the project of society, the role of the State in the realization of social rights and educational management are chosen. They are: Free Brazil Movement, No Party School and All for Education. They are studied taking into account the reflections of Bringel (2016), Dagnino (2004) and Gohn (1997, 2003, 2013 and 2017). It is the result of documentary research. It is observed that in the conjuncture studied there is a strengthening of a conservative and authoritarian political project of society, which spreads to the education. At the same time, traditional social movements of struggle in urban and rural spaces maintain the agenda of struggle for democracy and the valorization of social rights, that is, a democratic and popular societal project. Both projects and their expressions in social movements use the public space and digital social networks as a means of diffusing their ideology and political guidelines. Conservative movements attract the working class under flags that create a certain illusion about society and education.

Keywords: Social Movements. Education. Political Project.

¹ Licenciado em História pela Unespar – Campus FAFIPAR/Paranaguá. Mestre em Educação e Tecnologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Escola, cultura e ensino. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Professor da Educação Básica da Rede Municipal de Educação de Araucária e Professor do curso de Pedagogia da Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná – FANEESP. E-mail: andrepropar@gmail.com

² Graduada em Geografia pela UNESP-Presidente Prudente (1991). Mestre e Doutora em Educação pela Unicamp (1994; 1999). Bacharel em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná (2012). É professora Associada C na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É professora Adjunta da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1C. Participa do GT 3 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, ANPED. E-mail: masouza@uol.com.br

Introdução

O presente artigo tem por objetivo expor a análise da conjuntura educacional brasileira no período de 2014 a 2018, identificando sujeitos e ações coletivas de natureza conservadora. O trabalho é fruto de pesquisa de documentos disponibilizados na web dos coletivos selecionados para estudo e de coletivos nacionais da Educação com posicionamento crítico em relação às ações conservadoras. Os coletivos conservadores selecionados para a pesquisa foram o Movimento Brasil Livre (MBL), Escola Sem Partido e Todos pela Educação. Um dos coletivos que tem refutado as ações conservadoras é o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

A conjuntura de 2014 a 2018 foi escolhida em função de marcar o segundo governo da Presidente Dilma Rousseff, o Golpe de 2016 e dois anos de governo Temer, em meio a disputas políticas presidenciais para o período que se inicia em 2019. Embora a conjuntura escolhida seja de cinco anos, os coletivos investigados têm sua origem em décadas anteriores. Os movimentos de natureza conservadora ganharam visibilidade no campo educacional, por suas pautas, projetos e assessorias governamentais.

Os movimentos qualificados neste artigo como conservadores são aqueles que se pautam na censura, no cerceamento da continuidade de políticas inclusivas e na criminalização dos movimentos sociais e populares. Ações que objetivam estabelecer um controle privado sobre o ensino e a aprendizagem, seja por meio da censura ou pelo controle curricular na forma de uma Base Nacional Comum Curricular. Fundam-se na difusão da ideologia conservadora que capta adeptos pelo seu discurso centrado na tradição, família e na proteção da propriedade. Condenam práticas que valorizam a diversidade sociocultural, identidades e relações de gênero. Distanciam-se das práticas pautadas por sujeitos e ações coletivas. Exaltam a meritocracia e o indivíduo descolado de sua classe ou grupo social. Eles discursam em nome da igualdade formal e invisibilizam a desigualdade social e a luta por igualdade fática ou justiça social.

O artigo é fruto de pesquisa documental centrada em textos de projetos de lei, relatórios e conteúdos divulgados pelos propositores do Projeto Escola Sem Partido, documentos disponibilizados na web do Movimento Todos pela Educação e Movimento Brasil Livre. Tomando como referência o materialismo histórico dialético, consideramos como ponto de partida a classe social, o modo de produção capitalista, a totalidade e contradição. Do ponto de vista marxista, a educação pode servir aos interesses da burguesia e, nesse sentido, para a conservação do modo de produção capitalista, ou pode servir aos interesses da classe trabalhadora. Estando vinculada aos interesses da classe trabalhadora, a formação humana terá caráter de emancipação humana, portanto, revolucionária. Mészáros (2005) e Suchodolski (1976) são dois autores que enfatizam a necessidade de a educação estar voltada para a transformação social. Por mais que o momento não seja revolucionário, é fundamental ter no horizonte da prática social a transformação, a superação do modo de produção capitalista.

Este texto está organizado em três partes, a saber: a primeira que apresenta o conceito de movimentos e ações coletivas conservadoras. A segunda que trata de exemplares de ações coletivas conservadoras no Brasil de 2014 a 2018. E, a terceira que trata da disputa política e relação de forças.

Movimentos conservadores

Do ponto de vista conceitual, embora relutássemos em denominar as ações conservadoras de movimentos sociais, compartilhamos da concepção de Gohn (1997, p. 251) de que:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes, camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

Para a autora, os movimentos sociais têm um caráter político e o seu estudo deve considerar o ângulo interno e o externo. Internamente são considerados seus repertórios de demandas, crenças, ideologias e estratégias de ação. Externamente são considerados o cenário sociopolítico e cultural, os opositores, as redes externas, relações com outros movimentos e com órgãos estatais e demais coletivos da sociedade civil etc. (GOHN, 1997, p. 255)

No cenário democrático, movimentos sociais expressam lutas e demandas políticas, civis, sociais e articuladas aos direitos humanos. Movimentos sociais no modo de produção capitalista tendem a se organizar em função das questões da classe trabalhadora, ou em função de pautas interclassistas, como afirma Gohn (2003) ao mencionar meio ambiente, gênero, raça. Nesse mesmo cenário democrático, diante das forças sociais de resistência, emergem coletivos que defendem a propriedade privada e os valores da família e da religião. Mais do que movimentos sociais, eles se constituem como organizações cujos objetivos e princípios estão previamente definidos, em que pese a população não ter conhecimento desse aspecto. Coletivos como União Democrática Ruralista, criada nos anos de 1980, e organizações do século XXI como MBL, Vem Pró Rua, Escola Sem Partido funcionam como lobbies de defesa de interesses burgueses e da economia capitalista no plano internacional.

No âmbito de ações coletivas de natureza interclassista destacam-se organizações ambientalistas, identitárias, por questões de gênero, raça e pela paz. São movimentos sociais que se vinculam à emergência ou fortalecimento de direitos dispostos em cinco gerações, como exposto por Bonavides (2008): direitos fundamentais de primeira geração (direito à liberdade, direitos civis e políticos); direitos fundamentais de segunda geração (direitos sociais, culturais e os direitos coletivos); direitos fundamentais de terceira geração (direitos que têm como destinatário o gênero humano, como o direito ao desenvolvimento que se refere tanto a indivíduos como ao Estado); direitos fundamentais de quarta geração (direito à democracia, à informação e ao pluralismo) e os direitos de quinta geração (direito à Paz). Assim, constituem-se sujeitos coletivos e direitos pautados nas necessidades e interesses da coletividade.

No contexto da educação, as pautas são históricas e marcam todo o século XX, desde o movimento dos Pioneiros da Educação, movimentos populares de educação de adultos, movimentos de luta por educação formal e não formal, demandas por escolas, creches etc. As lutas por educação são adensadas com as organizações sindicais como a dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNED), ambos criados na década de 1980 e, com a Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Educação (ANPEd), criada na década de 1970.

Historicamente, há predomínio de movimentos e ações coletivas de luta pela educação e escola pública, portanto, com vínculo de classe trabalhadora. As ações da década de 1990 em diante agregam novas pautas às lutas por educação, com ênfase em processos de formação e conscientização política, como é o caso do Movimento Nacional de Educação do Campo. As primeiras décadas do século XXI trazem novidades em termos de movimentos educacionais. Essas novidades relacionam-se com a presença de coletivos que pautam os seus discursos na neutralidade político-ideológico, embora eles próprios sejam dotados de tais atributos de vertente conservadora e autoritária. Coletivos que difundem as suas ideias por meio das redes sociais digitais, como Facebook, WhatsApp, Blogs etc. Trabalham com valores conservadores e se dizem neutros, defendem privatização e demonizam a escola pública e os professores, defendem a liberdade e atuam para criminalizar os movimentos sociais da classe trabalhadora. Com isso, tentam enfraquecer as conquistas advindas de lutas coletivas, de sujeitos coletivos e políticas constituídas com a participação de diversos segmentos sociais.

São organizações que se movimentam para a ocupação do espaço público e do espaço político legislativo, com projetos de Lei. Defendem a lógica empresarial no campo educacional em nome da incompetência governamental para gerir a coisa pública. Pautam seus discursos por moralismo e constroem uma simbologia de ataques à coisa pública, atraem famílias e jovens descontentes com a política nacional. Constroem ações coletivas a partir das redes sociais digitais e são distantes das características dos movimentos sociais populares que se pautam pelas necessidades concretas dos trabalhadores e pelos direitos sociais. Constroem ações coletivas de modo virtual, portanto, marcadas pela recepção de informação de modo individual e com pouca ou nenhuma margem para problematização coletiva dos problemas que são reais e sociais.

Os movimentos conservadores em torno da educação brasileira entre 2014-2018

Conforme o já apontado na introdução, os movimentos escolhidos para análise são o MBL, o Escola Sem Partido e o Movimento Todos pela Educação.

MBL

O MBL tem sua origem, segundo informa seu domínio na Rede Mundial de Computadores, em 2014 e se caracteriza pela defesa do liberalismo econômico e republicanismo. Tem sua gênese no cenário das campanhas eleitorais de 2014, formado por lideranças jovens com colaboração do empresariado, mídia e políticos conservadores. Sua organização e articulação é fundada na ação em redes sociais digitais como facebook, whatsApp e e-mail. Em sua página na rede social *Facebook*³ afirma que “é uma entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”. O sentido de “livre”, “justa” e “próspera” como característica do MBL refere-se à liberdade do capital e do mercado como

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 30 ago. 2018.

fundamento econômico neoliberalismo. O sentido de justiça e prosperidade coaduna com a promoção da meritocracia, conforme pode-se observar nas pautas e proposições presentes no Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre, realizado em novembro de 2015, e divulgadas no documento “Propostas Aprovadas”⁴.

Implementação do sistema de vouchers para o ensino básico, fundamental, médio e superior com valor igual para todos os alunos de cada nível. Complemento separado para alunos com deficiência.

Legalização do homeschooling.

Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais.

Elaborar uma diretriz nacional buscando a redução do número de alunos por professor.

Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem a educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.

Expansão do Prouni para o ensino fundamental, médio e infantil.

Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas.

Diminuição da burocracia para o registro de patentes.

Redução de impostos das escolas privadas.

Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha condições de atuar.

Gestão privada das escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas.

Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações.

Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.

Incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários.

Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica (MBL, 2015, p. 2).

Observa-se nas pautas o caráter conservador e, conseqüentemente excludente, de desqualificação e destruição da Educação Pública no Brasil em função de interesses privatistas e de gestão empresarial da educação. Visualiza-se o caráter conservador nos termos “militarização das escolas”; “gestão privada das escolas públicas”; “competição entre escolas” entre outros. A Educação Brasileira, no último século, sofreu mudanças significativas em termos da democratização do acesso e permanência na escola, ampliação da formação escolar e dos processos de conscientização político-científica, ampliação de vagas, materiais didáticos, acesso às universidades públicas e aumento de programas formativos continuados (pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*) entre outros. Destacam-se, ainda, a ampliação da participação da sociedade civil, em especial dos segmentos da classe trabalhadora na educação brasileira, por meio de movimentos, organizações, parcerias entre universidades e comunidades, universidades e escolas públicas etc.; a construção de políticas públicas tomando como referência as pautas de coletivos sociais e contando com a participação deles no controle social de políticas e programas governamentais. Por todos esses fatores e tantos outros é que se considera que a pauta proposta pelo

⁴ Disponível em: <<https://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

MBL tem caráter extremamente conservador e centrado na ideia de sociedade igualitária no seu sentido formal, ignorando desigualdades sociais e as vozes dos sujeitos coletivos vinculados à classe trabalhadora que se fortaleceram no final do século XX e início do século XXI.

Embora as pautas possam ser consideradas simplistas em termos da gestão e das políticas educacionais, elas carregam a concepção de Estado Mínimo como sendo próprio do ideário neoliberal. Quanto ao Neoliberalismo, Estado Mínimo e Educação Harvey (2007) em seu livro “Breve História del Neoliberalismo” escreve que

Mientras la libertad personal e individual en el mercado se encuentra garantizada, cada individuo es responsable y debe responder por sus acciones y de su bienestar. Este principio se extiende a la esfera del sistema de protección social, del sistema educativo, de la atención sanitaria e incluso de las pensiones (la seguridad social ha sido privatizada en Chile y en Eslovaquia, y existen propuestas para proceder del mismo modo en Estados Unidos). El éxito o el fracaso personal son interpretados en términos de virtudes empresariales o de fallos personales (como puede ser no invertir de manera suficiente em el propio capital humano a través de la educación) en lugar de ser atribuidos a ningún tipo de cualidad sistémica (como las exclusiones de clase normalmente atribuidas al capitalismo) (HARVEY, 2007, p. 73).

O terceiro item da pauta do Primeiro Congresso Nacional do MBL, “Apresentação do Projeto de Lei Escola Sem Partido em legislativos municipais e estaduais”, aponta que as ações coletivas “conservadoras” dos diferentes grupos e organizações se combinam, formam um conjunto e interpenetram-se. É o caso do Movimento Vem Pró Rua (VPR), também criado em 2014, no contexto das disputas eleitorais para presidência da República. Importante mencionar que é um movimento que faz frente às Manifestações de Junho de 2013, amplamente discutidas por Gohn (2013). O VPR Teve como uma das bandeiras de luta o “Contra a roubalheira” e o simbólico painel que significa recusa e repulsa à presidente Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Difunde-se a ideia de que corrupção possui estreita relação com PT e com o ex-presidente Lula. Ideologia é um conceito que requer maior atenção quando se analisam os movimentos conservadores, pois trabalham no plano das ideais e da moral.

Analisando as propostas do MBL para o Brasil é possível constatar a sua aderência ao modelo de Estado Mínimo, suprimindo assim as funções do Estado no âmbito social e econômico, privatização da oferta de serviços de Saúde e Educação, desregulamentação trabalhista e ambiental favorecendo os interesses capitalistas internacionais. O MBL se autodenomina de “resistência”, com o slogan “Nós somos o MBL, sempre que precisar estaremos lá”. Menciona ser movimento sem grandes líderes, chamando cada pessoa para ser resistência. Trata-se de um coletivo sem vínculo com a classe trabalhadora e de perspectiva conservadora e moralista. A diferença com movimentos sociais reside no seu caráter distanciado dos direitos sociais. Enquanto os movimentos sociais do século XX colocaram em pauta os direitos sociais e políticos, particularmente, e da classe trabalhadora, o MBL não mostra qualquer vínculo com o campo dos direitos sociais. Da mesma forma, em que pese apresentar que se trata de um coletivo sem líderes, a pauta política aderente à política neoliberal está expressa nas linhas e entrelinhas das propostas organizadas em 2015, durante seu congresso nacional.

É um coletivo, com tendência mais para organização opositora aos movimentos de trabalhadores, que se ramifica em várias frentes de defesa ideológica. Uma dessas frentes é a educação articulada ao ideário da organização que se intitula Escola Sem Partido.

Escola Sem Partido

O Movimento Escola Sem Partido é outro que soma à perspectiva conservadora. Criado em 2004, segundo sua página na Rede Mundial de Computadores, divide-se em duas vertentes, sendo uma que objetiva a implantação por meio de legislação do Projeto Escola Sem Partido e outra que corresponde a construção de uma associação de pais, alunos e conselheiros “preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis” ou o que consideram “doutrinação” por parte dos professores sobre os estudantes como público cativo. Conforme explícito na página do movimento na web, eles se denominam como “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer vinculação política, ideológica ou partidária”⁵.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhe a sua própria visão de mundo (MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, 2018).

Constata-se que, por um lado, o Movimento Escola Sem Partido busca a implementação de seu projeto por meio da difusão de ideias, vigilância, controle/criminalização de práticas por ele denominadas de doutrinadoras. Por outro lado, dedica-se a construir um movimento para sustentar seu projeto nos poderes legislativos e executivos do país. É uma organização conservadora que merece análise minuciosa, por articular suas ideias na sociedade civil e na sociedade política. Como escreve Algebaile (2017, p. 69) “É importante notar que a lógica de associação aberta, presente especialmente nos espaços destinados à divulgação de depoimentos, denúncias e artigos de opinião, não é de todo ilusória”. Mas, o propósito mesmo da organização, como afirma a autora “É incorporar pessoas de forma utilitária, seletiva e subordinada, de modo que elas possam, por meio de sua participação fragmentária, referendar posições que já estão definidas e decisão que são tomadas por um rol bem mais restrito de participantes” (p. 69).

O movimento, conforme consta em sua página na web, conta com projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas dos Estados do Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Alagoas. No âmbito Municipal, nas Câmaras de Vereadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Palmas, Joinville, Santa Cruz do Monte Castelo, Toledo, Vitória da Conquista, Cachoeira do Itapemirim e Foz do Iguaçu.

A análise do projeto sugerido aos legislativos e executivos, por meio de decreto, pelo Escola Sem Partido e o Parecer da Comissão Especial para a aprovação

⁵ Movimento Escola Sem Partido. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/movimento>>. Acesso em: 7 jan. 2019. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 7-23, jul./dez.2018. ISSN: 2447-4223

do Projeto de Lei Escola Sem Partido expõe o que considera ser contaminação político-ideológica ou mesmo doutrinação. No caso os anteprojetos de lei e decretos apresentam uma interpretação de alguns dispositivos constitucionais, voltados às garantias individuais e sociais, fora de um contexto real da ação de professores ou mesmo do papel da educação escolar. Sobre o assunto, importante observar o parecer do advogado Miguel Nagib de 18 de junho de 2018, em que indica alguns dispositivos constitucionais que dizem da constitucionalidade do projeto “Escola Sem Partido”.

Considerando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III), que assegura aos alunos o direito de não ser usados como “cobaias” em experimentos de engenharia social;

Considerando o direito constitucional à intimidade (CF, art. 5º, X), que impede o Poder Público de se imiscuir no processo de amadurecimento sexual dos alunos;

Considerando a liberdade de aprender dos estudantes (CF, art. 206, II), que lhes assegura o direito a que o seu conhecimento da realidade não seja manipulado pela ação dos seus professores (PARECER, 2018)⁶.

Os dispositivos constitucionais citados visam justificar a aprovação do Projeto Escola Sem Partido, bem como expõem suas convicções e seu raio de ação. O primeiro princípio, conforme se observa, concebe a ação docente e a própria escola, contraditoriamente, como agente de experimento social no qual os alunos apresentam-se como “cobaias” desse experimento. Paira nessa interpretação a concepção de que a escola, professores, alunos como sujeitos e a ação educativa escolar se realizam fora do contexto social existente. No caso do aluno, este apresenta-se na condição de “tabula rasa”. A segunda consideração acerca dos dispositivos constitucionais visa impedir qualquer forma de educação ou orientação sexual como conteúdo de ensino. Já a terceira interpretação, contraditoriamente a primeira, impede a própria função da educação escolar à medida que advoga que o conhecimento científico não pode colidir com o conhecimento que o aluno tem da realidade, nem para transformá-lo.

No modelo de Anteprojeto de Lei Estadual, na parte das justificativas, o Projeto Escola Sem Partido como ação coletiva conservadora apresenta, de forma mais específica, suas convicções sobre os sujeitos e a educação escolar.

É notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis (ANTEPROJETO LEI ESTADUAL, 2018)⁷.

E, ao longo do documento apresenta diversas justificativas para a existência do projeto Escola Sem Partido nos estados. Afirmam que:

A liberdade de ensinar obviamente não confere ao professor o direito de se aproveitar do seu cargo e da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas,

⁶ O parecer está disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/images/pfesp.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

⁷ Modelo disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/estadual>>. Anteprojetos de Lei Estadual, 2018. Acesso em 7 jan. 2019.

religiosas, morais, políticas e partidárias; nem o direito de favorecer, prejudicar ou constranger os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas; nem o direito de fazer propaganda político-partidária em sala de aula e incitar seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas, nem o direito de manipular o conteúdo da sua disciplina com o objetivo de obter a adesão dos alunos a determinada corrente política ou ideológica, nem finalmente, o direito de dizer aos filhos dos outros o que é a verdade em matéria de religião ou moral (ANTEPROJETO LEI ESTADUAL, 2018).

Conforme o observado nos Projetos de Lei, Decretos e Parecer da Comissão Especial, o Escola Sem Partido defende uma educação escolar, seja para professores ou mesmo estudantes antidemocrática, sem diversidade de posição e ação política diante da realidade. Constatação importante é que o termo “democracia” não comparece em nenhuma das proposições de legislação e mesmo desconhece o processo educacional escolar público como democrático. Interessa observar que na legislação educacional a educação escolar pública, disciplinarmente, prevê a participação em instâncias democráticas e colegiadas de pais e demais membros da comunidade escolar – LDB 9.394/1996, art. 14, I e II.

Observando o que entende o Escola Sem Partido por doutrinação, verifica-se tratar de silenciamento ou cerceamento de qualquer posição docente e mesmo da educação escolar progressista em torno das questões de gênero e das teorias sociais críticas e posições políticas à esquerda ou mesmo concepção teórica marxista conforme se atesta na aba da página na Rede Mundial de Computadores⁸, intitulada “Professores se revelam no Facebook”. Os acusados de “doutrinação” são exclusivamente os que apresentam uma concepção progressista e marxista sobre a política, a economia e a educação.

No que se refere aos Direitos Humanos o Escola Sem Partido, em seu site, questiona o INEP como responsável pelo ENEM quando este estabelece que será atribuída nota zero nas redações que desrespeitarem os Direitos Humanos alegando que o desrespeito aos Direitos Humanos é um Direito Humano na qualidade de liberdade de expressão dos estudantes. Instrui o Escola Sem Partido que os estudantes “que não aceitem o cabresto do politicamente correto” a utilizarem uma petição judicial elaborada por eles.

Outro ponto quem atesta as contradições do projeto e seu viés antidemocrático no processo educativo está o item seis da placa que o Escola Sem Partido requer exposta em cada sala de aula: “O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018). Esse item não constrange a liberdade de expressão e convicção ou mesmo de realidade do estudante em questão?

Nesse sentido, o Escola Sem Partido não passa de um movimento de posição política conservadora a serviço de partidos ou organizações conservadoras. Esta consideração atesta-se na concepção de que tem o Escola Sem Partido sobre o

⁸ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/corpo-de-delito-categoria/603-professores-se-revelam-no-facebook>>. Acesso em: 3 set. 2018.

Movimento Estudantil: “O movimento estudantil é aliado histórico dos promotores da doutrinação política e ideológica nas escolas. Sua "rebeldia juvenil" está a serviço dos partidos de esquerda, que dos bastidores o controlam há décadas” (MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, 2018)⁹.

Todos Pela Educação

Depois de apresentadas as ações coletivas conservadoras do MBL e do Escola Sem Partido, resta expor a ação coletiva conservadora do chamado Todos Pela Educação, fundado em 2007. Ele caracteriza-se por uma associação filantrópica de direito privado sem fins lucrativos e pela sua composição empresarial do grande capital nacional de diferentes setores e personalidades políticas e esportivas articulado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Possui interesse direto pela direção da educação pública mediante diferentes frentes e articulações.

O Todos Pela Educação apresenta uma organização de tipo empresarial, com equipe remunerada e diferentes setores/departamentos organizados estatutariamente. De acordo com seu estatuto, datado de 2013, o Todos Pela Educação organiza-se, internamente, por um conselho de fundadores, conselho fiscal e conselho de governança composto por seus associados e eleito em assembleia pelos associados. O conselho de governança, segundo o estatuto, terá como apoio administrativo uma equipe de gestão composta por um diretor executivo contratado e uma equipe de profissionais ou equipe executiva composta de direções, gerências e coordenações financeira, de política educacional, de mobilização, de relações governamentais, imprensa, projetos, etc. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017, p. 30).

Estatutariamente o Todos Pela Educação objetiva até 2022, bicentenário da Independência, que crianças e jovens de 4 a 17 anos estejam na escola, toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos, todo aluno com aprendizado adequado à sua série, todo jovem com ensino médio concluído até os 19 anos e investimento em educação ampliado e bem gerido (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

O que se pode observar da composição do Todos Pela Educação e de seus objetivos é o interesse direto e crescente do empresariado pela direção da educação pública, educação da classe trabalhadora. Leher (2010, p. 379) observa que

Essa investida na educação pública vem sendo efetivada por meio de entidades âncoras [...] As entidades que organizam essa ofensiva ocultam seu caráter corporativo e empresarial por meio da filantropia, da responsabilidade social das empresas e da ideologia do interesse público. As mais relevantes são: a) o Instituto Ayrton Senna (respaldado por corporações do setor financeiro, do setor agromineral, do setor de agroquímicos, editoras interessadas na venda de guias e manuais, provedores de telefonia, informática e internet, engajadas no cyber-rentismo); b) a Fundação Roberto Marinho, principal grupo de comunicação localizado no Brasil; c) Fundação Victor Civita, vinculada a um grupo econômico que, entre outras, edita uma revista que vem difundindo que a educação é um tema técnico-gerencial (Revista Nova Escola), apoiada pelas editoras, pelo capital financeiro, agromineral, pelas corporações da área de informática, etc.; d) Grupo Gerdau que, por meio de Jorge Johannpeter, preside o movimento e que

⁹ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/movimento-estudantil>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

outrora foi organizador do Movimento Brasil Competitivo (2001) que, em certo sentido foi o germe do “Movimento Todos pela Educação” [...] Compõe ainda o Conselho de Governança da iniciativa outras representações do capital: Fundação Bradesco, Grupo Pão de Açúcar, FEBRABAN, SESC, ABN Amro, Fundação Educar DPaschal, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Grupo Ethos, entre outros.

As ações executadas pelo governo Temer no âmbito educacional como a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular - criticadas por estudantes, docentes, pesquisadores da educação e suas organizações – receberam amplo apoio, participação e indução do Todos pela Educação.

O Todos Pela Educação trabalha próximo a jornalistas para esclarecer dúvidas de diversos tipos, o que inclui ajudar a imprensa a interpretar dados relevantes sobre a Educação brasileira. O Todos participou ou foi mencionado em 2.250 matérias ao longo do ano, o que resulta em uma média de 187 por mês. Ao todo, respondemos a 496 solicitações de entrevistas durante o ano, tanto para veículos de grande alcance como para rádios e jornais locais. Também estivemos presentes no Mês da Educação da Rede Globo, em diversas matérias e programas televisivos. Tivemos participação ativa em momentos importantes para a Educação brasileira durante o ano, como o anúncio da Base Nacional Comum Curricular, a Reforma do Ensino Médio, o Programa Mais Professores, além de avaliações e levantamentos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017, p. 35).

Leher (2014, p. 170-171) apresenta uma importante caracterização do Todos pela Educação como um partido, o partido da burguesia, do capital.

Na minha visão, o referido movimento funciona como um partido na acepção de Gramsci. O que é um partido para Gramsci? Partido não é necessariamente uma sigla (X, Y, Z). As representações partidárias não são o verdadeiro centro do poder, não são os partidos orgânicos da burguesia. O verdadeiro partido orgânico da burguesia pode ser organizado em torno de organizações privadas, como um jornal [...] O verdadeiro partido orgânico no Brasil não são as siglas que nós estamos vendo na televisão. O Estado Maior do capital é constituído pelos bancos, pelo agronegócio, pelo setor mineral, pelas empreiteiras, pelas grandes corporações de serviços. É esse partido orgânico que cria o Movimento Todos pela Educação, conferindo a ele a função de partido (LEHER, 2014, p. 170-171).

Partido do capital que tem como operação e função a construção de um consenso para que as políticas de Estado sejam “as suas políticas e, para isso, organizam uma agenda de consenso para a educação pública” (LEHER, 2014, p. 171), o que significa afirmar que a função social da escola – pública – é a de difundir competências e não conhecimento. Competências que interessam ao mercado.

Diante do exposto, pode apresentar um quadro sobre os elementos que caracterizam as ações coletivas conservadoras do Movimento Brasil Livre, Escola Sem Partido e o Todos Pela Educação.

Quadro 1: caracterização dos movimentos conservadores - MBL, ESP e TPE

MOVIMENTOS	PAUTAS/OBJETIVOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO PÚBLICA	MEIO DE AÇÃO
Movimento Brasil Livre	Privatização da Educação Pública/Estado Mínimo.	Redes Sociais e parlamentares e partidos conservadores.
Escola Sem Partido	Cerceamento da formação crítica e formação política dos estudantes.	Redes Sociais, parlamentares, partidos conservadores e projetos legislativos.
Todos Pela Educação	Direção da Educação Pública e das Políticas Públicas Educacionais voltadas aos interesses do mercado/capital – Estado Mínimo.	Grande imprensa escrita e televisiva, propaganda e mídia, governos.

Fontes: MBL (2015); Movimento Escola Sem Partido (2018); Todos Pela Educação (2013; 2017).

Caracterizadas as ações coletivas conservadoras resta expor a análise nos termos das disputas políticas e correlação de forças.

Disputas políticas: relação de forças

Os movimentos e organizações mencionados neste texto expressam disputas políticas e relação de forças em relação a projetos societários. Nesse aspecto, o texto de Dagnino (2004) nos faz refletir sobre dois projetos políticos distintos. Um projeto envolve o processo de “alargamento da democracia” que, como escreve a autora, se expressa “[...] na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas” (p. 141). Para a pesquisadora, “O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil” (p.141). Para ela, as principais forças presentes nesse projeto “[...] compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos 80 a redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia”. (p. 141). Outro projeto, cujo marco formal é a eleição de Fernando Collor em 1989 e a emergência de um projeto de Estado que deve se distanciar do seu papel de “garantidor de direitos”. Para Dagnino (2004, p. 142), esses dois projetos são marcados por uma confluência perversa que para ela é “[...] um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar” (p. 142). Essa confluência perversa diz de dois projetos que apontam em direções opostas e antagônicas, mas que requerem uma sociedade ativa e propositiva.

Aparentemente há uma identidade de propósitos em termos da busca da participação da sociedade civil e da utilização de referências comuns, difícil de ser decifrada. Continua Dagnino (2004, p. 142), afirmando que “A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados

para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia”.

Voltando os olhos para o período analisado neste artigo, encontramos a presença de parte da sociedade civil clamando por neutralidade política, contrária à corrupção, falando em nome de todos, mas dispersando o caráter conservador de suas decisões centralizadas, individualizadas, moralizadas e do caráter privatizante de suas propostas. Outra parte da sociedade civil, organizada em movimentos sociais com caráter de classe no âmbito da educação e da luta pela reforma agrária, mantém-se com discurso da participação, do trabalho coletivo e de um projeto democrático, participativo e popular. Essa parte defende o Estado com o seu papel de garantidor de direitos sociais e, no caso da educação, que seja pública, laica e gratuita. Ambos os projetos discursam sobre qualidade na educação. Entretanto, um alinha-se a ideia de que a qualidade vem pelo controle, gerenciamento e privatização. Outro alinha-se com a concepção de gestão democrática, participativa e de dever do Estado no que diz respeito às responsabilidades sociais.

No período analisado, embora denominados de movimentos conservadores, os três tipos possuem mais formato de organização, com aparência de movimento social, porém com projetos e decisões tomadas no pequeno grupo. Suas pautas são construídas a partir do interesse de um projeto privatizante de sociedade e em nome de valores, de uma concepção moralista de sociedade, marcado por discursos que captam adeptos por falar em nome da família e da proteção da propriedade. Podem ser movimentos ideológicos, muito mais, do que movimentos que lutam por direitos e por cidadania. Falam em nome da democracia, mas distanciam-se da escuta e das vozes da classe trabalhadora, embora tenham bandeiras que as atraem. Assim, são organizações que trabalham a partir de ideologia que atrai a participação da sociedade que, por sua vez, não distingue o real projeto que as sustentam.

Esses movimentos são refutados nas Conferências Nacionais de Educação, em que predominam a defesa do direito à educação e da classe trabalhadora. Por exemplo, o documento final da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), disposto no Fórum Nacional Popular de Educação (2018, p. 108) há um plano de lutas composto por 14 itens, dos quais mencionamos nove.

- 1- Pela organização de um Sistema Nacional de Educação com regulamentação da Educação privada – contra a atuação do setor privado na educação sem a garantia da qualidade e sem a valorização de seus trabalhadores.
- 2- Pela garantia de condições de qualidade socialmente referenciada por meio de articulação federativa das políticas educacionais democraticamente construídas.
- 3- Pelo respeito à diversidade e pela construção democrática da proposta curricular das escolas – contra a padronização do currículo e o modelo de gestão empresarial nas escolas.
- 4- Por uma avaliação da qualidade que amplie o conceito de resultados para além das proficiências em testes padronizados, ampliando-se o leque de indicadores, promovendo e viabilizando iniciativas de avaliação institucional participativa e fortalecendo o caráter diagnóstico,

- pedagógico e formativo de avaliação na educação básica e na educação superior.
- 5- Pela gestão democrática da educação brasileira em todos os níveis, sistemas, instituições e com a ampliação da participação popular.
 - 6- Por uma educação socialmente referenciada construída sob a perspectiva do respeito aos direitos humanos e o diálogo com os movimentos sociais.
 - 7- Pela liberdade de expressão no processo de educação e ensino – contra o movimento ‘Escola Sem Partido’ e suas ‘leis da mordaza’.
 - 8- Pela constituição de um EAD (Ensino à Distância) e de cursos com qualidade – contra a comercialização desregulamentada da educação e do ensino.
 - 9- Pela valorização dos profissionais da educação (formação, carreira, salários, condições de trabalho) na rede pública e no setor privado – contra a crescente flexibilização nas contratações destes profissionais.

Reiteram-se as frentes de luta contra a privatização do ensino e pela utilização de verbas públicas para o ensino público, exclusivamente. Além disso, destacam-se as lutas pela valorização dos trabalhadores da educação, das conquistas e participação dos movimentos sociais na construção e políticas públicas, bem como a valorização da diversidade, liberdade de expressão e práticas democráticas.

De um lado os sujeitos coletivos que defendem a educação pública, crítica e a universalização do acesso à educação superior. De outro lado há coletivos que defendem a privatização e a regulação dos conteúdos escolares, em nome da neutralidade científica e da qualidade da educação. Esse segmento vincula-se ao Movimento Brasil Livre e aos defensores dos projetos de lei intitulados “Escola Sem Partido”. Como escreve Gohn (2017, p. 88), também, o movimento “Compromisso Todos pela Educação” é um exemplo de novo movimento social na área da educação.

É uma coalização de pessoas do mundo empresarial e/ou das elites empresariais, tais como G. Gerdau, J. Roberto Marinho, ou executivos de grandes bancos e personalidades do Terceiro Setor, com destacada atuação no campo da Educação, como Viviane Senna, Milu Vilela, Norberto Pascoal etc., além do Instituto Ethos, e o Gife, com apoio da UNESCO. A proposta é no sentido de fazer da Educação uma ferramenta básica para o próprio desenvolvimento do País, pressionando o governo para que ela se torne a principal política pública.

E, segundo a autora, há um novo ciclo de lutas na educação, em um cenário de questões sobre currículo e educação básica, com ênfase no Ensino Médio. Para ela,

O Movimento Contra a Escola Sem Partido é um dos exemplos a ser citado. Escola sem Partido é um projeto controverso – apoiado pelos setores retrógrados da sociedade, que defendem abertamente valores anti-democráticos – e tem sido amplamente discutido e questionado [...]. (GOHN, 2017, p. 90).

Nesse movimento não há lugar para a participação popular. Há disputas por verbas públicas para a iniciativa privada e há determinação e vigilância jurídicas em relação à participação dos coletivos de trabalhadores nos debates e no controle social das políticas.

Projetos como o Escola Sem Partido negam a construção social da Educação Popular no país e criminalizam os movimentos sociais e o seu protagonismo na efetivação de direitos, na proposição e acompanhamento de políticas públicas.

Considerações finais

Analisando os três movimentos conservadores presentes na educação brasileira foi possível constatar que: São movimentos que não valorizam as práticas democráticas na educação, a exemplo do que se construiu ao final de 1990 e na primeira década do século XXI. Em especial, a participação dos segmentos coletivos da classe trabalhadora marcou a construção das políticas públicas nos governos Lula e Dilma. Foram construídas diversas políticas públicas com a participação de movimentos e organizações sociais, tanto na proposição como no acompanhamento dos programas sociais e educacionais. Os segmentos indígenas, povos do campo, das florestas, quilombolas entre tantos outros, conseguiram avanços nas políticas e nas práticas educacionais. Fizeram-se reconhecer no âmbito da política nacional. Entretanto, o período analisado neste artigo e os movimentos focalizados demonstram o avanço para a negação de direitos de coletividades em nome de uma sociedade igualitária, em nome de cidadãos considerados sem a história, sem a classe social, sem os condicionantes estruturais históricos e, portanto, sem voz na política nacional que se desenha para o próximo quadriênio. Será um período de lutas, resistência e assassinatos anunciados, de povos que se colocam contra as pautas privatistas, imperialistas e patrimonialistas.

De uma conjuntura de construção de políticas pautada pela participação sócio-política caminha-se para uma conjuntura de elaboração políticas de caráter generalista que negam a historicidade da sociedade brasileira e, negam, em particular as desigualdades sociais advindas da concentração da renda e das determinações do capital internacional no Brasil. Políticas pensadas por técnicos do capital internacional e não por estudiosos da sociedade brasileira. Práticas pautadas por uma cultura autoritária, patriarcal e patrimonial. Será uma conjuntura de enfrentamentos políticos e jurídicos, na melhor das hipóteses. Na pior delas, será de enfrentamento militar. Os movimentos conservadores tratados neste artigo defendem a “militarização” no âmbito educacional, além da participação da gestão privada no que concerne à coisa pública.

Nesse momento, lembramos o que escreve Bringel (2016, p. 5) sobre a polarização de protestos no Brasil:

Na atual situação de polarização, é possível identificar claramente no Brasil dois polos radicalmente antagônicos, com uma diversidade de situações intermediárias possíveis. Por um lado, um campo progressista e de radicalização da democracia que age orientado por valores como a igualdade, a justiça, a pluralidade, a diferença e o bem viver. Por outro lado, um campo reacionário, marcado pelo autoritarismo, certos traços fascistas e antidemocráticos e pela defesa dos privilégios de classe, da propriedade privada e de uma visão sempre evasiva da liberdade.

No ano de 2018 essa polarização ficou bem nítida no campo das disputas políticas pela presidência da República, tendo como resultado o fortalecimento do campo reacionário, sob a bandeira da anticorrupção e do moralismo. Constata-se que esse projeto reacionário coloca em xeque as conquistas sociais dos últimos 30 anos. Em especial, na educação as propostas são pelo controle ideológico (a fim de evitar ampliação de processos formativos voltados para a conscientização política), criminalização de práticas pedagógicas e desprestígio da educação pública. Há sinais de que a Educação a Distância poderá avançar na e pela ação de grupos empresariais alinhados com o projeto político instalado na sociedade brasileira, nos poderes executivos e legislativos (nacional, estadual e municipal).

Em síntese, os movimentos conservadores são políticos e trabalham com a difusão de ideias que aparentemente atendem aos anseios sociais. As redes sociais digitais têm sido o meio de conseguir aderência da sociedade. São movimentos que trabalham com simbologia e matriz discursiva cultural que atrai a atenção da população e que mascaram os reais objetivos que são de fragilização do Estado na prestação de serviços públicos e de enfraquecimento de direitos sociais, ao tempo em que fortalece os grupos empresariais e a ideia de que a educação precisa ser gerida em consonância com os princípios do mercado e da meritocracia. Em uma sociedade desigual e com concentração de renda e de propriedade como a brasileira, os resultados serão desastrosos no curto e médio prazo.

Referências

ALGEBAILLE, E. **Escola sem Partido**: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. (Org.). Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 63 – 74.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRINGEL, B. 2013 – 2016: polarização e protestos no Brasil. **Democracia Abierta**. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierto/breno-bringel/2013-2016-polariza-o-e-protestos-e-no-brasil>>. Acesso: 26 out. 2018.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n. 5, out. 2004. Florianópolis, p. 139 – 164. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/%201983/1732>>. Acesso: 2 set. 2018.

FNPE. Fórum Nacional Popular de Educação. (2018). **Proposta – documento base, plano de lutas**. CONAPE 2018. Belo Horizonte, maio de 2018, 18fls. Disponível em: <<http://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/fnpe-conape2018-documento-final-planodelutas.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais e lutas pela educação no Brasil: experiências e desafios na atualidade. In: Campos, M. A. T.; Silva, M. R. da (orgs.). **Educação**,

movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba: Appris, 2017, p. 83-92.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, M. da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis: Vozes, 2013.

HARVEY, D. **Breve história del neoliberalismo.** Madrid: Ediciones Akal, 2007.

LEHER, R. A educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. **Os anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

LEHER, R. Atualidade da política pública educacional e desafios da educação dos trabalhadores. In: PALUDO, C. (Org.). **Campo e cidade em busca de caminhos comuns.** Pelotas – UFPel, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas Aprovadas.** Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre. Novembro de 2015. Disponível em <https://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. **Programa.** Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/movimento>>. Acesso em: 3 set. 2018.

MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. **Educação sem doutrinação.** Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/movimento-estudantil>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

PROJETO DE LEI 867/2015. **Parecer Miguel Nagib.** 18 de junho de 2018. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/images/pfesp.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

SUCHODOLSKI, B. **Teoria marxista da educação.** V. 1. Lisboa: Estampa, 1976.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Estatuto social.** São Paulo, 2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório de atividades 2017.** Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/42.pdf?1324790809>. Acesso em: 5 set. 2018.

Recebido em: 03/11/2018.

Aprovado em: 22/12/2018.